

Todo apoio à luta na Gerdau Ameristeel

Gerdau demite e decreta locaute para pressionar sindicato nos Estados Unidos a assinar acordo prejudicial aos trabalhadores. CNM-CUT apóia a luta dos trabalhadores siderúrgicos norte-americanos.

Nesta semana sindicalistas metalúrgicos brasileiros da CUT e da Força Sindical viajaram para os Estados Unidos para mostrar seu apoio à luta dos operários siderúrgicos da Gerdau Ameristeel e participar de protesto contra o grupo brasileiro. A empresa quer impor aos trabalhadores um contrato coletivo de quatro anos que tira uma série de direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora e os trabalhadores estão sendo pressionados com atitudes terroristas e anti-sindiciais de suas chefias.

A Gerdau Ameristeel colocou em locaute cerca de 300 membros do sindicato local (United Steelworkers of America - Local 8586), em Beaumont, Texas, em 26 de maio. Com isso os 300 trabalhadores da fábrica tiveram seus contratos de trabalho suspensos e estão sem trabalhar.



O impasse entre trabalhadores e a companhia começou quando a Gerdau propôs um acordo coletivo de quatro anos que prevê eliminação de horas extras, corte de 30% no período de férias anuais (um trabalhador com 15 anos de serviço, por exemplo, teria as férias cortadas de 168 para 120 horas). Além disso, pelo acordo, a Gerdau pode aumentar o número de horas de trabalho de 12 para 16 por dia. Para maiores detalhes ver o **CNM Internacional nº 21**, de 31.05.2005.

No começo de junho os trabalhadores da fábrica em Beaumont fizeram um protesto e promoveram o "enterro" da Gerdau.



Segundo o gerente geral da Gerdau objetivo do acordo é "reduzir a incerteza e ansiedade do processo de acordo coletivo e assegurar a estabilidade de longo prazo". Segundo o gerente, todo mundo lucrará em termos financeiros.

Fernando Lopes, nosso secretário geral, está representando a CNM CUT nos Estados Unidos. Os brasileiros

participaram ontem de um protesto na matriz da Gerdau em Tampa, Florida juntamente com outros sindicalistas do Canadá e com trabalhadores de outras fábricas Gerdau nos Estados Unidos. Na manifestação, Fernando juntamente com Nair Goulart – secretária de Relações Internacionais da CNTM-Força Sindical exigiram, em nome dos metalúrgicos brasileiros, que a Gerdau "ponha fim imediatamente ao locaute e passe a negociar lealmente". Os trabalhadores americanos entregaram uma petição à direção da empresa onde argumentam que "benefícios médicos, de compensação e de aposentadoria não são "fardos". Violar a lei federal que proíbe a rebaixa de padrões trabalhistas não é a melhor forma de competir numa economia global". No protesto os trabalhadores distribuíram folhetos onde se podia ler "Lucros recordes para os executivos de Tampa e corte de benefícios e locaute ilegal para os trabalhadores do Texas".

Hoje, dia 10, nossos companheiros participam de reunião do Comitê Unitário dos Trabalhadores da Gerdau em St. Paul, Minnesota. Eles participaram também das reuniões do Conselho do USWA. No dia 13 estarão em Beaumont, no Texas, onde participarão de piquete junto com os trabalhadores da fábrica.

Gerdau trava disputa com sindicato dos EUA

Durante negociação, subsidiária de grupo brasileiro pára fábrica no Texas; CUT e Força Sindical vão ao país para pressionar

Brasil e Estados Unidos estão envolvidos em um novo contencioso na área do aço. Dessa vez, porém, a disputa envolve uma única planta industrial no Texas e cerca de 270 trabalhadores norte-americanos que têm como patrão uma empresa brasileira.

Os operários são contratados pela Ameristeel, subsidiária do grupo brasileiro Gerdau. Eles estão impedidos de trabalhar na unidade texana de Beaumont desde o final de maio, quando o sindicato que os representa se desentendeu com a Gerdau Ameristeel em uma renegociação contratual.

No final de junho, a disputa levou Leo Gerard, presidente da USWA (United Steelworkers, central de metalúrgicos), a acusar a empresa ""estrangeira" de querer provocar distorções no mercado de trabalho dos EUA.

O caso ficou emblemático para a USWA depois que o presidente da Gerdau Ameristeel, o americano Phillip Casey, declarou em encontro setorial que benefícios como férias pagas, planos de saúde e aposentadorias são um "fardo" para empresas que querem competir globalmente - segundo relato da publicação especializada "American Metal Market".

Também em uma atitude inédita, representantes da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da Força Sindical viajarão na semana que vem aos EUA para ajudar a pressionar a Gerdau Ameristeel a aceitar condições mais favoráveis aos trabalhadores.

Na quinta e sexta da próxima semana, a USWA fará, com a participação das centrais brasileiras, uma mobilização em favor dos trabalhadores de Beaumont em outra unidade da Gerdau Ameristeel, em St. Paul, Minnesota.

A Gerdau Ameristeel é a quarta maior empresa do setor de aço dos EUA. A planta em Beaumont foi adquirida em novembro de 2004 (juntamente com outras unidades) da North Star Steel, que pertencia ao grupo Cargill.

No momento da aquisição, os trabalhadores de Beaumont estavam protegidos por um contrato, que expirou em março passado, quando a Gerdau Ameristeel quis impor novas condições.

Em entrevista à Folha, Doug Niehouse, diretor-assistente da USWA, disse que as principais demandas da empresa são: um corte de 24% (de US\$ 16,07 a hora para US\$ 12,25) nos salários de novos contratados, a redução do valor das horas extras e o corte de até 30% nos pagamentos de férias.

"A ação conjunta com o Brasil aqui nos EUA visa impedir que a Gerdau acabe adotando o mesmo procedimento em unidades de outros países, como Chile, Argentina e Colômbia", disse Niehouse.

Em nota oficial (leia texto abaixo), a Gerdau informa que não houve demissões na unidade texana e que as negociações ainda estão em curso.

O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, afirma ser "mentira" que a Gerdau está com "disposição para negociar". "Eles compraram uma planta nos EUA imaginando que estivessem na China, onde poderiam pagar salários miseráveis sem que ninguém reclamasse."

A USWA representa cerca de 1,2 milhão de trabalhadores nos EUA e integra a AFL-CIO, a maior central sindical do país, que tem mais de 9 milhões de filiados.

Empresa diz que segue as leis ao "exercer direito"

Em nota oficial a Gerdau Ameristeel informa que ""exercer o seu direito, previsto pela legislação norte-americana no processo de negociação sindical", de interromper as operações da usina em Beaumont, no Estado do Texas.

A empresa afirma que ""buscou o diálogo" desde o primeiro dia das negociações e que alertou o sindicato antecipadamente de que havia a possibilidade de interrupção das operações para evitar de operar sem contratos com os trabalhadores.

Segundo a empresa, as negociações com a USWA ocorrem desde janeiro, sem sucesso. ""O objetivo é chegar a um acordo o mais rápido possível."

"Ao longo de mais de cem anos de existência do Grupo Gerdau no Brasil, nunca houve paralisação por parte dos colaboradores", afirma a empresa.

A Gerdau Ameristeel fechou o ano passado com um lucro de U\$ 337,7 milhões (R\$ 777 milhões). No último trimestre terminado em junho, os ganhos foram de U\$ 74,3 milhões (R\$ 171 milhões). No Brasil, o Grupo Gerdau teve um lucro líquido de R\$ 1,5 bilhão no primeiro semestre deste ano. (Fernando Canzian, da Reportagem Local) (Folha de S. Paulo, 06.08.2005)

Metalúrgicos iniciam campanha salarial

Desempenho das exportações deve ajudar nas negociações

Mesmo com a desaceleração da economia interna apontada em vários setores industriais neste segundo semestre, trabalhadores metalúrgicos contam com o bom desempenho das exportações para negociar aumentos reais de salários. No primeiro semestre, cerca de 250 mil funcionários das empresas de metalurgia conseguiram reajustes acima da inflação - o equivalente a 97% da categoria com data-base no período. O objetivo é repetir o desempenho nesse segundo semestre, quando 1,2 milhão de metalúrgicos estarão em campanha salarial.

Em todo o País, o ramo metalúrgico emprega 1,56 milhão de trabalhadores, dos quais 900 mil representados por sindicatos da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Da parcela que teve data-base entre janeiro e junho, 1,1 mil conseguiram apenas repor a inflação. Nenhuma empresa aplicou índice inferior à inflação. Os aumentos variaram de 0,5% a 4%.

Segundo estudo da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CMN/CUT) e da subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), os aumentos obtidos representaram adicional de cerca de R\$ 220 milhões ao mês na economia, valor que não inclui acordos de participação nos lucros. "Mesmo em menor porcentual, o crescimento da economia vai se sustentar neste segundo semestre e as negociações tendem a resultar em aumento real", diz o secretário de organização da CNM, Valter Sanches.

Segundo ele, um dos fatores que deve garantir bons resultados na produção são as exportações. Apesar da defasagem cambial, a maioria dos contratos externos foi mantida e as fábricas estão com entregas programadas até o fim do ano. Sanches espera ainda que medidas do governo como a injeção de R\$ 9 bilhões nas áreas de bens de capital e máquinas agrícolas ajudem a economia a manter-se em crescimento, ainda que inferior ao registrado em 2004. "A MP do Bem, se aprovada, também vai colaborar."

Os temores dos sindicalistas, manifestados também por empresários, são a manutenção dos juros altos, do real valorizado em relação ao dólar e uma possível contaminação da crise política na economia.

O setor metalúrgico, responsável por 4,7% da mão-de-obra empregada no País e por 5,15% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, vai investir, entre 2005 e 2008, US\$ 11,8 bilhões - metade com suporte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Composto por montadoras, autopeças, siderúrgicas e indústrias de bens de capital e eletroeletrônicos, o setor criou, no primeiro semestre, 44.536 postos de trabalho, menos que os 57,8 mil de igual período de 2004. "Mesmo em ritmo mais lento, o setor cresce em número de empregos desde 2003, após 15 anos de queda constante", diz Sanches. Em 1997, as metalúrgicas empregavam 2,7 milhões de pessoas. (Cleide Silva) (*O Estado de S.Paulo*, 09.08.2005)

"Vamos radicalizar contra os juros altos"

O novo presidente da Central Única dos Trabalhadores diz que pode usar até greves para forçar o governo Lula a mudar a política econômica

Por Joaquim Castanheira

A maioria das pessoas se surpreende quando o novo presidente da Central Única dos Trabalhadores, CUT, João Antonio Felício, declara sua profissão: professor de artes plásticas. Num cargo sempre ocupado por metalúrgicos, como Jair Meneghelli, Vicente Paulo da Silva e Luís Marinho, ele não é um estranho no ninho? "Não", diz sorrindo. "Fiz um curso de torneiro mecânico." Mas o verdadeiro motivo de sua ascensão vem de uma longa história de militância em agremiações de esquerda no período da ditadura militar (1964/1985), no PT e na CUT, onde se encontra desde a fundação. Felício, 53 anos, completará o mandato de Luís Marinho, convidado para assumir o Ministério do Trabalho do governo Lula. À frente da maior central sindical do País, Felício garante que será mais incisivo nas críticas à política econômica do atual governo. "A situação já permite um afrouxamento da política de juros. Tivemos até deflação. Não há porque manter os juros nesse patamar", diz ele, na entrevista a seguir. Mas, sobre a crise política, faz um alerta: "não aceitamos o impeachment do presidente."

DINHEIRO – Nesses dois anos e meio de governo Lula, a CUT não foi pouco enfática na condenação de uma política econômica que criticava com veemência no governo de Fernando Henrique Cardoso? Em sua gestão isso mudará?

JOÃO ANTONIO FELÍCIO – Quando o presidente Lula foi eleito, criou-se uma expectativa muito forte, e nós tivemos de agir de acordo com essa expectativa, com a esperança depositada no novo governo. O Lula foi obrigado a fazer um choque, pois a situação que ele encontrou era muito difícil. O País não tinha credibilidade, não era respeitado, a inflação voltara com muita força. Mas essa fase passou. Agora, ela exige uma radicalização de nossa parte na crítica à política econômica e aos juros altos, principalmente. Não podemos aceitar uma gestão econômica que mantém uma lógica com a qual não temos qualquer identidade. A situação de hoje já permitiria um afrouxamento na política de juros. Tivemos recentemente mais de um mês com deflação. Não há porque manter as taxas nesses níveis.

DINHEIRO – Então por que a CUT está demorando para agir se a gestão do governo Lula é semelhante à de FHC?

FELÍCIO – Eu nunca faria uma comparação entre eles. O Fernando Henrique criava 20 mil empregos por mês com carteira assinada. O Lula, 120 mil. Mas o Brasil precisa de um crescimento de 5% a 6% durante vários anos.

DINHEIRO – Essa mudança passaria pelo afastamento de Henrique Meirelles da presidência do Banco Central?

FELÍCIO – Por mim, o Lula deveria ter afastado o Meirelles há muito tempo. Eu já o teria demitido.

DINHEIRO – E o Palocci (Antonio Palocci, Ministro da Fazenda)?

FELÍCIO – Eu não entraria nesse processo. Ele faz parte do círculo íntimo de Lula, tem uma história vinculada ao partido e foi responsável por uma gestão boa em Ribeirão Preto. O que ele precisa é se libertar das amarras, da visão ortodoxa da economia. Tirar o Palocci agora seria temerário. É melhor fazer uma mudança paulatina do que uma ruptura brusca.

DINHEIRO – Até onde essa radicalização pode chegar?

FELÍCIO – Nosso objetivo é disputar espaço na opinião do governo e, para isso, podemos até nos aliar com setores empresariais que possuem críticas à política econômica. Mas podemos chegar a um grau de radicalização maior com diversos instrumentos.

DINHEIRO – Quais?

FELÍCIO – Podemos radicalizar as categorias profissionais que querem aumentos salariais. A greve, por exemplo, é um instrumento legítimo. Para ter aumento salarial, é necessário que a economia cresça.

DINHEIRO – Com a crise política e o enfraquecimento do governo, o sr. vê possibilidade de mexer na área econômica, a única preservada no governo?

FELÍCIO – Queremos preservá-la, mas com sinais de mudança, porque caso contrário não haverá crescimento duradouro. Não temos objetivo de derrubar ninguém. O governo Lula foi forçado a estabelecer certas alianças por ser um partido minoritário no Congresso.

DINHEIRO – As alianças poderiam ser outras, e não essas com PTB e PMDB, que negam a própria história do PT?

FELÍCIO – As alianças eram necessárias. O erro foi no método, como estabelecer alianças com partidos de comportamento fisiológico. O certo seria fazer alianças pontuais, em cima de projetos específicos. Por isso, quando o Lula tomou posse, a primeira grande reforma defendida pela CUT foi a política e, logo a seguir, a tributária. Esta é importante porque define a arrecadação, o tamanho do estado e quem vai pagar a conta. Hoje quem paga a conta é a classe média. O sistema financeiro não paga nada e é quem mais ganha no País.

DINHEIRO – O sr., como antigo militante, não se sente traído quando vê essas denúncias no jornal?

FELÍCIO – Eu me sinto como a grande maioria da base militante. Não tivemos informações e agora somos surpreendidos com um conjunto de informações que afeta a história do partido – um partido que surgiu criticando duramente a falta de transparência e ética. Mas a história vai preservar esse partido. O PT vai se recuperar. Precisamos fazer um debate interno e mudanças necessárias na forma de gestão, para que o PT se volte novamente para os movimentos sociais.

DINHEIRO – O envolvimento do deputado João Paulo Cunha é um caso em particular. Sua trajetória foi a de um típico militante de base do movimento sindical, da CUT e do PT. Como o sr. vê esse caso?

FELICIO – Eu acho uma pena. Um deputado do PT, como o João Paulo, é informado de que há um montante de recursos numa agência bancária para financiar uma campanha. Depois ele é obrigado a se afastar, ser cassado ou a renunciar, pois apanhou esses recursos. A cassação é a opção mais radical. Mesmo que tenha havido um desrespeito à lei eu não optaria por esse tipo de radicalização.

DINHEIRO – Não seria o momento de radicalização, já que é necessário dar punições exemplares para depurar o ambiente político?

FELICIO – Observe bem: um deputado é informado de que havia recursos no banco para pagar despesas de campanha. Quem avisou esse deputado que os recursos eram de caixa dois? Você é informado que tem R\$ 20 mil ou R\$ 30 mil, e isso para os padrões das campanhas brasileiras é **Dinheiro** de pinga, e de repente é cassado?

DINHEIRO – E se essa situação chegar ao presidente Lula?

FELICIO – Não acredito que vá aparecer evidências nesse sentido. Se aparecer vamos debater de acordo com a devida comprovação. Fora isso, não aceitamos o impeachment do presidente. O que há aí é um preconceito contra o Lula. Falam que a política econômica do governo é apoiada pela elite. Mas essa mesma elite, que pode estar satisfeita com a política econômica, nunca engoliu a figura do Lula, de um operário na Presidência da República. A nós é dado o direito de sermos os eternos habitantes da senzala. Na casa grande só pode entrar a elite. É isso que chamo de golpe. Não a quartelada, com generais empunhando espadas, mas há formas mais sutis de tirar gente do poder. Outro tipo de golpe é tentar colocar o PT na ilegalidade tirando dele o direito aos recursos que todos os partidos têm pela lei.

DINHEIRO – O sr. vê condições de reeleição para o presidente Lula?

FELICIO – Nós queremos a reeleição do Lula, pois vemos na figura dele a possibilidade de o Brasil continuar avançando e, assim, consolidar um projeto democrático e popular. Ele é melhor que o governo anterior. Há, por exemplo, o avanço na agricultura familiar. O Fernando Henrique investia cerca de R\$ 2 bilhões por ano nessa área. O governo Lula, mais de R\$ 7 bilhões por ano. O papel dos bancos públicos também mudou. O BNDES patrocinava a privatização de empresas que provocava demissões em massa. Essas empresas foram enxugadas. Isso acabou no governo Lula. Em 2006, pode ter certeza o movimento sindical, ou pelo menos a grande maioria dele, vai apoiar a reeleição.

DINHEIRO – Mesmo assim o sr. diz que pode radicalizar as críticas à política econômica.

FELICIO – Nossa prioridade é conduzir uma luta em comum acordo com os movimentos sociais pelas mudanças na política econômica do governo.

DINHEIRO – Há propostas de mudança, como a do deputado Delfim Netto, de déficit zero.

FELICIO – É um retrocesso, uma ortodoxia maior ainda. Nós queremos o contrário. Por isso, vamos apostar numa luta nacional para reduzir taxas de juros e o déficit primário. Precisamos procurar novas alternativas com acordos com empresários.

DINHEIRO – É a volta da velha proposta do pacto social?

FELICIO – Não.. Essa palavra significa que alguém tem que abrir mão de algo. Aliás, quem tem que ceder algo é o sistema financeiro, que já ganhou muito no Brasil.

DINHEIRO – Qual a proposta então?

FELICIO – Acho que o Brasil, talvez junto com outros países da América Latina, deveria propor uma forma de rolagem da dívida para um prazo mais longo. Vamos organizar atos em todos os estados do País para levar o debate sobre a política econômica para as ruas. O primeiro acontecerá dia 16 de agosto em Brasília.

DINHEIRO – Mas o Brasil cresceu 5% no ano passado.

FELICIO – O crescimento do ano passado foi menos por méritos da política econômica do que pela conjuntura internacional. Queremos alavancar o crescimento duradouro e não o vôo de galinha que acomete a economia brasileira há décadas.

DINHEIRO – O sr. falou em renegociação da dívida brasileira. Isso não é ruptura?

FELICIO – É errado certa parcela da esquerda falar em calote. Isso afastaria capitais, empresas e investimentos. Seria um retrocesso e acho que o Lula não duraria três meses se fizesse isso.

DINHEIRO – Por que a CUT não saiu às ruas para protestar contra o governo, como fez no caso de Fernando Collor?

FELICIO – O ato público de 16 de agosto é pela moralização política. O que não é justo é punir um partido político porque cometeu o erro de fazer o mesmo que os outros. Alguns que tinham o discurso de vestais, de paladinos da ética também foram surpreendidos com a mão dentro do cofre – a não ser que eles digam que foi o cofre que correu em direção às mãos deles. É o caso do PSDB, do PFL, do Eduardo Azeredo. Não acredito que os deputados do PT tenham embolsado **Dinheiro** parra enriquecimento pessoal.

DINHEIRO – Em sua opinião, isso diminui o erro?

FELICIO – De hipótese alguma. Queremos uma legislação para financiamento público de campanhas. É mais barato para a sociedade, pois uma empresa que financia uma campanha tem esperança de receber favor de volta.

DINHEIRO – Isso não evitaria a arrecadação de **Dinheiro** não declarado, não é verdade?

FELICIO – Seria necessária uma legislação rigorosa que levasse a punições exemplares, como se pune narcotraficantes, por exemplo. O que não pode continuar é saber que todos têm caixa dois e fica por isso mesmo. (Isto É Dinheiro 08.08.2005)

Dólar freia indústria automotiva

Moeda americana em baixa afeta exportação de veículos em julho e montadoras registram queda de produção e vendas

A queda do dólar já começa a afetar as vendas de veículos para o exterior, como alertava a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Segundo a entidade, as exportações das montadoras somaram US\$ 941 milhões em julho, uma redução de 7,8% sobre junho e a primeira queda desde abril.

O presidente da associação, Rogelio Golfarb, afirmou ontem que o fortalecimento do real em relação ao dólar tem dificultado as vendas das empresas do setor ao exterior.

Após atingir R\$ 4 em 2002, o dólar chegou a cair ontem abaixo de R\$ 2,30. A Anfavea preparou um estudo para mostrar que a evolução do câmbio não acompanhou o aumento dos custos de matérias-primas como aço e plástico.

Mesmo assim, a meta de exportar US\$ 8,9 bilhões em veículos este ano está próxima de ser cumprida. No ano, as vendas ao exterior já somaram US\$ 6,12 bilhões.

Golfarb, porém, já havia avisado que o crescimento das exportações vinha nos últimos meses sendo sustentado de maneira artificial. Algumas montadoras fizeram desde 1999 um grande esforço para conquistar mercados e agora estão reduzindo margens de lucro ou cumprindo contratos mesmo com prejuízo, só para não perder clientes no exterior.

Entre junho e julho, a Anfavea também verificou queda de 6,6% nas vendas internas de veículos, para 138,7 mil unidades. A redução é creditada ao longo período de elevação da taxa básica de juros - atualmente em 19,75% ao ano -, que encarece o crédito, e considerada significativa pela associação, uma vez que o mês de julho tradicionalmente apresenta resultados favoráveis.

Já a produção de veículos caiu 6,3% em julho na comparação com junho, ou menos 14 mil veículos. O resultado representa um alerta vermelho para o desempenho da indústria, mas ainda é cedo para falar em crise.

- Ainda não estamos em processo de queda, mas apenas em desaceleração de crescimento - disse Golfarb, descartando qualquer impacto da crise política no arrefecimento do setor. O resultado em relação ao ano passado ainda é positivo. Nos sete meses deste ano foram fabricados 1,4 milhão de veículos, 14,5% mais do que o mesmo período do ano passado. Por isso, segundo Golfarb, as estimativas para o fim do ano não serão alteradas. Para ele, a redução esperada na taxa de juros no segundo semestre será fundamental para a recuperação do setor.

A venda de carros bicombustíveis mais uma vez liderou o faturamento do setor. Em julho, 58,9% dos carros vendidos eram do tipo flex. Há um ano, eles respondiam por 24% das vendas. (*Jornal do Brasil*, 05.08.2005)

CNM-Internacional é um informativo da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – **CNM-CUT**, editado pela Consultoria Econômica e Social Integrada
Secretário Geral da **CNM** : Fernando Lopes
Jornalista Responsável : Antonio Carlos Castro (MTb 36.741/SP)
internacional@cnmcut.org <http://www.cnmcut.org.br>